



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

FÁTIMA GERSIANE CRUZ DOS SANTOS

**ARQUIVOS ESPECIAIS E ESPECIALIZADOS: PANORAMA CIENTÍFICO DOS
ESTUDOS REALIZADOS NOS TCCs DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA CIDADE
DE JOÃO PESSOA (PB)**

JOÃO PESSOA

2018

FÁTIMA GERSIANE CRUZ DOS SANTOS

**ARQUIVOS ESPECIAIS E ESPECIALIZADOS: PANORAMA CIENTÍFICO DOS
ESTUDOS REALIZADOS NOS TCCs DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA CIDADE
DE JOÃO PESSOA (PB)**

Artigo apresentado ao curso de graduação em Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Profa. Ms. Ana Claudia Cruz Córdula

JOÃO PESSOA

2018

FÁTIMA GERSIANE CRUZ DOS SANTOS

**ARQUIVOS ESPECIAIS E ESPECIALIZADOS: PANORAMA CIENTÍFICO DOS
ESTUDOS REALIZADOS NOS TCCs DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA CIDADE
DE JOÃO PESSOA (PB)**

Artigo apresentado ao curso de graduação em Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Profa. Ms. Ana Claudia Cruz Córdula

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Ms. Ana Cláudia Cruz Córdula
(Orientadora – UFPB)

Profª Ms. Geysa Flávia Câmara de Lima
(Examinadora – UFPB)

Profª Dra. Nayna Rodrigues Cordeiro Mariano
(Examinadora – UFPB)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos trabalhos de conclusão de curso realizados na UFPB, em torno de Arquivos Especiais.....	19
Quadro 2 – Relação dos trabalhos de conclusão de curso realizados na UFPB, em torno de Arquivos Especializados.....	20
Quadro 3 – Relação dos trabalhos produzidos pelos discentes da UFPB que versam sobre a temática arquivos especiais e especializado simultaneamente no período de 2013 a 2016.....	22
Quadro 4 – Relação dos trabalhos de conclusão de curso realizados na UEPB, em torno de Arquivos Especiais.....	22
Quadro 5 – Relação dos trabalhos produzidos pelos discentes da UEPB que versam sobre a temática arquivos especializados no período de 2013 a 2016.....	24
Quadro 6 – Relação dos trabalhos produzidos pelos discentes da UEPB que versam sobre a temática arquivos especiais e especializado simultaneamente no período de 2013 a 2016.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Panorama dos trabalhos produzidos pelos discentes da UFPB que versam sobre a temática arquivos especiais no período de 2013 a 2016.....	20
Gráfico 2 – Panorama dos trabalhos produzidos pelos discentes da UFPB que versam sobre a temática arquivos especializados no período de 2013 a 2016.....	21
Gráfico 3 – Panorama dos trabalhos produzidos pelos discentes da UEPB que versam sobre a temática arquivos especiais no período de 2013 a 2016.....	24
Gráfico 4 – Panorama das amostras coletadas na universidade estadual da paraíba no período de 2013 a 2016 que versam sobre os tipos de arquivos especializados produzidos pelos discentes da UEPB.....	26
Gráfico 5 – Panorama das produções em torno dos arquivos especiais, realizados na UFPB e UEPB no período de 2013 a 2016.....	27
Gráfico 6 – Panorama das produções em torno dos arquivos especializados, realizados na UFPB e UEPB no período de 2013 a 2016.....	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	09
1.2	CONHECENDO O CURSO DE ARQUIVOLOGIA NA UFPB E UEPB: PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA.....	09
2	NA TRAMA CONCEITUAL DO ARQUIVO.....	11
3	CLASSIFICANDO GÊNEROS DOCUMENTAIS E ARQUIVOS: ELUCIDANDO O FAZER ARQUIVÍSTICO.....	14
3.1	CLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS.....	16
4	ANALISANDO OS DADOS: ENCONTRANDO RESULTADOS.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	30

ARQUIVOS ESPECIAIS E ESPECIALIZADOS: PANORAMA CIENTÍFICO DOS ESTUDOS REALIZADOS NOS TCCs DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB)¹

Fátima Gersiane Cruz dos Santos²

RESUMO

A pesquisa objetiva investigar as monografias elaboradas por graduandos da UFPB e UEPB que tenham como foco na sua discussão, diálogos sobre os arquivos especiais e/ou especializados, o recorte temporal utilizado foi o período de 2013 a 2016. A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa bibliográfica e na análise documental para fundamentação dos conceitos relacionados ao tema. A análise dos dados foi feita de forma descritiva e quantitativa. Os resultados demonstraram que o olhar arquivístico desses graduandos ainda encontra-se voltado para os arquivos tradicionais com suportes textuais, especificamente arquivos administrativos. Conclui-se que na ausência de uma grade curricular inovadora pautada nos ambientes externos (evolução dos arquivos, mercado de trabalho, diversidade de suportes documentais), os alunos permanecem, ainda, com o olhar voltado para os arquivos tradicionais, limitando suas pesquisas e suas experiências profissionais. É necessária uma política de mudanças que busque transgredir as tradicionais salas de aula para aulas dentro dos ambientes arquivísticos voltados para os arquivos que tem fontes informacionais em registros fílmicos, fotográficos, sonoros, entre outros. As Universidades devem incorporar esses centros informacionais como alicerce e fonte de conhecimento para novos egressos, com fins de produção científica, e criar, a nível institucional, políticas de inserção, preservação e acesso aos arquivos, sejam eles, especiais e/ou especializados.

Palavras-Chave: Arquivos Especiais. Arquivos Especializados. Tipologias Documentais.

1 INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo reside no anseio de desbravar novos horizontes no campo da pesquisa da arquivologia, partindo do pressuposto que os arquivos em tempos remotos eram compostos em sua grande maioria, por documentos em suporte analógico, produção textual, sendo estes, um dos principais meios de registrar a história das nações até os dias atuais. Gradativamente os arquivos vêm agregando outros gêneros documentais, dentre os quais destacamos: fotografias, objetos tridimensionais, documentos digitais, entre outros. Conforme relata Castro et al (1988, p.19):

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.

² Graduanda do curso de Arquivologia da UFPB.

[...] Além do documento convencional, podemos admitir que um bem cultural como um monumento, num sítio paisagístico possa ser, também, documento. [...]. Em sentido mais restrito é livro, folheto, revista, relatório, fita magnética, disco, microfilme, cartão perfurado, portanto, todo o material escrito, cartográfico, fotocinematográfico, sonoro (CASTRO, 1988, p.19).

Diante desse contexto, compreendemos que ao longo dos anos, mudanças surgiram no tocante ao suporte documental e, em consequência ao avanço da tecnologia o acúmulo de informações cresceu exponencialmente gerando uma produção cada vez maior de documentos, trazendo aos arquivistas a preocupação em obter mais espaços para salvaguardar essa massa documental. Formatos digitais foram ocupando o espaço do suporte em papel e em consequência dessa explosão documental surgiram diversos novos suportes. Diante desse panorama, e sabendo-se que existe uma preocupação maior em torno dos arquivos administrativos de uma forma geral que abrigam documentos convencionais, buscamos mapear nos estudos realizados em trabalhos de conclusão do curso de Arquivologia em duas universidades públicas, da cidade de João Pessoa (PB), como estão sendo compreendidos esses arquivos. Surgindo como questionamento da pesquisa: Os concluintes dos cursos de graduação de arquivologia das universidades públicas da cidade de João Pessoa (PB), estão realizando estudos em torno dos arquivos especiais e especializados?

O objetivo geral desse artigo é analisar a produção de textos acadêmicos que discurssem sobre os temas arquivos especiais e especializados a partir dos trabalhos de conclusão de curso das Universidades públicas na cidade de João Pessoa. Para alcançar esse objetivo, traçamos como objetivos específicos: identificar os conjuntos documentais apresentados nas monografias dos graduandos; categorizar por temáticas abordadas nos TCCs, bem como avaliar comparativamente realidades científica das duas universidades dentro de um recorte do semestre 2013.1 a 2016.1.

Podemos a partir dessa pesquisa, abrir um leque de novos potenciais de arquivo a serem desbravados pelos futuros graduandos.

Despertamos para o fato de ambos serem cursos relativamente novos, no cenário acadêmico pessoense, mas que já tem profissionais formados inseridos no mercado de trabalho, seja este, público ou privado, e que a preocupação teórica deve abraçar outros tipos de arquivo, para além dos acervos administrativos, para além da gestão documental, que ultrapasse o convencional, abraçando outras realidades documentais. Nesse sentido traçamos o nosso caminho metodológico, conforme tópico a seguir.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi dividida em duas fases caracterizadas, respectivamente, como exploratória e descritiva. E de acordo com as fontes de dados da pesquisa, também podemos mencionar duas fases e caracterizá-las como bibliográfica e pesquisa de campo. Segundo Gil (2002, p.48),

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. As leituras dos materiais bibliográficos durante as fases da pesquisa permitem um melhor direcionamento para o objeto estudado, e conforme Laville e Dionne (1999) afirmam, o pesquisador deve estar atento para não perder de vista, em sua revisão da literatura, a questão a ser investigada (GIL, 2002, p.48).

A pesquisa de campo foi realizada objetivando conseguir informações e conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2010). Que neste caso, o campo empírico foi: as bases de dados dos repositórios digitais das duas universidades.

Quanto ao método, consideramos recorrer à pesquisa documental identificando as fontes primárias como base para a busca de informações sobre o objeto que será estudado. Nesse caso, as fontes primárias foram os trabalhos de conclusões do curso de arquivologia elaboradas pelos alunos das Universidades Federal e Estadual da Paraíba, defendidos no período de 2013.1 a 2016.1. Ao selecionarmos os trabalhos no referido recorte temporal, analisamos a partir dos títulos e resumos, quais deles versam sobre arquivos especiais e/ou especializados, categorizamos cronologicamente, refletindo em uma análise quantitativa, trazendo um panorama dessas temáticas.

Buscando conhecer o nosso objeto de pesquisa, bem como as possíveis variáveis que podem diretamente influenciar nos resultados dos dados coletados, decidimos no tópico seguinte fazer uma breve apresentação do curso de Arquivologia na UFPB e na UEPB.

1.2 CONHECENDO O CURSO DE ARQUIVOLOGIA NA UFPB E UEPB: PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA

Na UFPB o curso de Arquivologia na modalidade Bacharelado foi criado no ano de 2008 e está vinculado ao Departamento de Ciências da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Com sede na cidade de João Pessoa, funciona no turno noturno e tem duração mínima de dez períodos letivos, integralizados em 2.760h equivalentes a 184 créditos, com duração máxima de quinze períodos. O Projeto Político Pedagógico do curso foi aprovado no dia 17 de junho de 2008 através do Processo nº 23074.013544/08-2, por meio da Resolução CONSEPE/UFPB 34/2004. O corpo docente é composto por 39 professores, desses, 04 são substitutos.

A composição curricular do PPC resulta dos seguintes conteúdos fixados: **conteúdos básicos profissionais**, subdivididos em conteúdo de Formação Básica Profissional e Estágios Supervisionados; **conteúdos complementares**, subdivididos em conteúdos complementares obrigatórios, conteúdos complementares optativos e conteúdos complementares flexíveis (PPC/UFPB).

Na UEPB o curso de Arquivologia foi criado no ano de 2006, sediado na cidade de João Pessoa (PB) o curso oferta, ao corpo discente vagas nos turnos diurno e noturno e tem uma carga horária de 2.871 horas. O curso diurno possui duração de 04 a 06 anos. Já o curso noturno possui duração mínima de 04 anos e meio e duração máxima de 07 anos. O Projeto Político Pedagógico do curso foi aprovado em 05 de outubro de 2007, por meio da Resolução UEPB/CONSEPE/032/2007.

O corpo docente é composto por 21 professores, sendo 05 substitutos e 07 colaboradores. A integração curricular é formada por quatro eixos: um núcleo de formação básica comum; um núcleo básico específico; um núcleo de atividade acadêmica complementar; um núcleo Complementar – Eletivos e Livre (PPC/UEPB).

Em consonância com a abordagem da nossa pesquisa, buscamos selecionar, entre as disciplinas ofertadas pelo curso das Universidades, aquelas que tivessem ligação com o tema em discussão arquivos especiais e/ou especializados.

Em nossa investigação pela grade curricular da UFPB não visualizamos nenhum componente curricular que se aproximasse com o tema arquivos especiais e/ou especializados.

Por sua vez a UEPB apresentou em seu PPC as seguintes disciplinas integradas à sua grade curricular: **Arquivos especiais e especializados** ofertadas aos discentes no quarto semestre, com carga horária de 60 horas; **Documentos Digitais**, ministrada no 6º período com carga horária 60 h; e no oitavo semestre oferece a disciplina **Fontes de informações especializadas** que está intrinsecamente ligada aos arquivos especiais e/ou especializados.

Continuando o comparativo dos cursos das Universidades em questão entramos na discussão do que se enquadra aos Trabalhos de Conclusão de Curso. Na UFPB os TCCs compreendem os seguintes formatos de trabalhos acadêmicos: relatório de estágio,

monografia e artigo. Na UEPB O TCC segue o Regimento da Graduação (Resolução CONSEPE 068/2015) quanto à opção do gênero discurso escolhido (monografia, artigo e/ou relatório) e ao regulamento interno do Curso de Arquivologia.

2 NA TRAMA CONCEITUAL DO ARQUIVO

Os arquivos tiveram seus primeiros caminhos traçados concomitantemente com a origem da escrita, quando daí os primeiros indivíduos sentiram a necessidade de perpetuar seus atos, suas lembranças e suas crenças conforme relata Silva et al, (1998), ao destacar que a importância da escrita para atividade humana levou à consciência de que era preciso conservar tais registros, tendo em vista uma posterior utilização. Corroborando, Bottino (1994), afirma que os arquivos surgiram quando os indivíduos passaram a registrar seus atos e informações necessárias à sua vida social, política e econômica, tendo seu início na mais remota Antiguidade.

A origem e o significado da palavra arquivo possuem duas vertentes, elencadas por Rodrigues (2011): a originária do grego *arché* (Palácio dos Magistrados), passando a se chamar *archeion* (local utilizado para guarda e/ou depósito de documentos); e a originária do latim, *archivum*, quer dizer: local de guarda de documentos e outros títulos. Ambos os conceitos, trazem uma conotação de “guarda”, o que percebemos uma conotação bastante custodiadora do arquivo. Destacamos, pois, que na atualidade, conforme assinala Soares, Pinto e Silva (2015), o arquivo é compreendido na perspectiva pós-custodial, privilegiando a informação como insumo mais importante do fazer arquivístico.

Os arquivos são de extrema importância para o indivíduo, instituições, empresas, entre outros, tendo como funções a organização, guarda, disseminação, para viabilizar o acesso e uso das informações contidas nos documentos. Na perspectiva conceitual, o arquivo pode ser compreendido sob três pilares, o primeiro ancora-se no arquivo enquanto instituição, lugar onde são armazenados os documentos. Outro pilar conceitual associa o arquivo a um mobiliário, e por fim, o aspecto que transitaremos nesta pesquisa, compreende o arquivo como conjunto de documentos, produzidos ou recebidos, no decorrer das funções.

Para Paes (2004), o arquivo é a

[...] designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada caracterizada pela sua natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essa pessoa por seus sucessores para fins de prova ou informação (PAES, 2004, p. 24).

A autora afirma que, os documentos preservados pelo arquivo podem ser de vários tipos e em vários suportes e as entidades mantenedoras de arquivos, quando públicas, pode ser Federal, Estadual, Distrital e Municipal e nos demais casos: institucionais, comerciais e pessoais.

Schellenberg (2006, p. 36), destaca a contribuição do arquivista inglês Hilary Jenkinson, que no seu manual intitulado *Manual of archive administration* definiu arquivo como os documentos

[...] produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e, subsequentemente, preservados sob custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação. (JENKINSON apud SCHELLENBERG, 2006, p. 36).

Diante da perspectiva teórica de Jenkinson, Schellenberg (2006, p. 41), elabora sua própria definição sobre o arquivo, compreendendo que os arquivos

São os documentos de qualquer instituição pública ou privada que tenham sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

O autor supracitado compreende o arquivo, apenas do ponto de vista de sua perspectiva permanente, mas, destacamos, que o arquivo, enquanto conjunto documental, deve ser considerado, desde o “nascimento” do documento, que reflete a fase corrente, de sua tramitação e uso administrativo refletindo a fase intermediária, até a fase permanente, onde o documento perde o seu valor administrativo, assumindo um valor histórico, memorialístico, servindo para memória e para pesquisa, não mais para administração.

Nesse sentido, destacamos o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 27) que adota a seguinte definição sobre Arquivo: “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. O conceito explora o documento desde sua produção, levando em consideração o ciclo vital documental como um todo.

Ressaltamos também a definição da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu art. 2º, que traz a seguinte definição para arquivos:

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem

como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, Lei Federal nº 8.159/1991).

Se analisarmos os conceitos sobre arquivo, elaborados na Lei dos Arquivos e no Dicionário de Terminologia Arquivística, percebemos para além da preocupação com o documento arquivístico, enquanto conjunto documental, isto é, enquanto arquivo, esses conceitos se desdobram para evidenciar a informação, enquanto elemento essencial do fazer arquivístico. O tipo de suporte e consequentemente o gênero documental onde essas informações estão registradas, é apenas um epifenômeno, que viabiliza, a organização, tramitação, acesso e uso dessas informações, através da prática arquivística, otimizando o tempo de recuperação e preservando também a memória da instituição e /ou pessoal, quando pensamos no arquivo em fase permanente.

Nesse contexto destacamos o olhar de Duarte (2006, p. 142), sobre a relação do arquivo e da memória, a autora ressalta que o termo arquivo é “possuidor de definições polissêmicas e polêmicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e memória”. Para a autora: “[...] o arquivo é memória e esta, por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente” (DUARTE, 2006, p.142). Logo entendemos que independente de finalidade, isto é, de ter função administrativa ou histórica (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), o arquivo assume o papel de trazer à tona informações, recurso vital, para instituição, pessoa, organização, entre outros, que não podem funcionar eficazmente sem ela. Logo, Rousseau e Couture (1998) destacam que o controle e utilização dessas informações são atividades decisivas para o sucesso ou fracasso do organismo.

Para Delmas (2010) os arquivos são vistos como um produto necessário ao funcionamento da sociedade, sua dimensão acompanha a complexidade da sociedade, sendo crucial a sua manutenção. O autor destaca que é indispensável conservarmos os arquivos, sendo estes, necessários em uma sociedade organizada.

Os arquivos existem para servir a humanidade, servir no sentido de ressignificar o passado, recontar histórias, comprovar fatos e trazer evidências. Nessa perspectiva a caminhada dos arquivos, passa de mero depósito de documentos, para “guardiões da memória” mas, sobretudo, traz na atualidade um vínculo com a noção de cidadania, de direito à informação, apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, bem com o elemento de prova (SOUSA, 2009).

Nesse paralelo entre a função administrativa ou histórica, torna-se importante compreendermos como os arquivos se classificam e que tipos de gêneros documentais, que

eles abarcam. Diante desse contexto, ancorando-se em teóricos da área arquivística, desenvolvemos o tópico a seguir.

3 CLASSIFICANDO GÊNEROS DOCUMENTAIS E ARQUIVOS: ELUCIDANDO O FAZER ARQUIVÍSTICO

Inicialmente consideramos necessário revisitarmos os conceitos que permeiam documentos e documentos arquivísticos, para posteriormente entrarmos no contexto dos gêneros documentais.

Do ponto de vista etimológico, documento vem do latim, *docere*, que quer dizer ensinar, e de *documentum*, o que ensina. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p. 1069) documento é

[...] qualquer escrito usado para esclarecer determinada coisa; qualquer objeto de valor documental (fotografias, peças, papéis, filmes, construções etc.) que elucide, instrua, prove ou comprove cientificamente algum fato, acontecimento, dito etc [...] (HOUAISS, 2001, p. 1069).

Nesse contexto, percebemos que o documento, não é apenas o que consideramos tradicional, isto é, documento textual/manuscrito, mas, sobretudo todo e qualquer suporte físico dotados de informações, incluindo os documentos digitais, que não estão acessíveis fisicamente, mas que através de um suporte, computadores, smartphones, tablets, entre outros, transmitem as informações ao indivíduo.

Rondineli (2011, p.27) destaca que:

O pensamento humano tem sido registrado por meio de sinais gráficos (alfabeto, número, traço), em diferentes formas (textos avulsos, livros, fotografias, esculturas, discos) e em vários tipos de suporte (pedra, tecido, couro, papel, plástico, metal), num processo dinâmico de comunicação de vivências, fatos e descobertas ao longo das gerações. Em geral, tais registros são entendidos como documentos, ou, mais recentemente, como informação (RONDELINI, 2011, p. 27).

Nesse contexto, o documento corresponde a qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa,

[...] o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, a fita magnética, o objeto utilitário, etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos. (BELLOTTO, 2006, p.35).

Logo entendemos que, o documento é o suporte associado aos dados nele contido, que assume o posto de informação, independente de sua materialidade. No Dicionário Brasileiro

de Terminologia Arquivística (2005, p. 73) o documento é enunciado como: "unidade de registro de informação, qualquer que seja o suporte ou formato". Mas lembremos de que, nem todo documento pode ser considerado um documento, mas pode tornar-se documento. E o elemento essencial que faz essa ponte na transformação do objeto em documento está pautado no desejo de obter informação, mesmo que este, não tenha sido criado com essa intenção. (ORTEGA; LARA, 2010).

Nesse contexto, Córdula (2015) destaca:

[...] podemos afirmar que o documento é o elemento através do qual o homem se expressa, objetivando registrar a informação vinculada à importância do conteúdo no tempo e no espaço. Esses registros podem ser feitos através da escrita, da gravação de áudio, da filmagem, fotografia, enfim, podem ser registrados nos mais diversos suportes, tendo como foco principal o registro da informação (CÓRDULA, 2015).

Logo, nem todo documento tem por função ser suporte de informação, mas acaba assumindo esse posto, de acordo com a situação e uso. No caso dos documentos de arquivo, por constituírem um acervo, são compreendidos como documentos dotados de informações, capazes de remontar um contexto administrativo, e/ou histórico.

O documento enquanto instrumento de base de registro das ações administrativas, ao longo de sua produção e utilização, apresenta três características fundamentais: servir para a comprovação dos direitos, para o exercício do poder, e bem como, para o registro da memória. Para Le Goff (2003, p. 535), “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. O autor reflete sobre a necessidade de percebermos os documentos como uma construção, um produto da sociedade, destacando, o seu potencial enquanto monumento (LE GOFF, 2003).

Quanto ao documento arquivístico, é importante compreendermos que nem todo documento é arquivístico, o que torna- o arquivístico, é a informação que está contida nele, suas relações orgânicas com o titular do acervo, que pode ser pessoa física ou jurídica, bem como a relação que ele mantém com os demais documentos do acervo. Para Delmas (2010, p.56) “O documento de arquivo é o instrumento de uma ação e, como tal, possui três qualidades: ele é necessário, pessoal e preservado”. Nesse ponto, entendemos a íntima relação que o documento arquivístico carrega atrelado ao seu titular, uma relação de caráter orgânica.

Quanto aos gêneros documentais, que comportam os arquivos, destacamos primeiramente que, o Gênero documental é a configuração que assume um documento de

acordo com o sistema de signo utilizado na comunicação de seu conteúdo, informação. É integrado por documentos que contêm registros, imagens fixas ou em movimento, registros sonoros, entre outros. Um ponto relevante que merece destaque é que uma dada informação pode apresentar-se simultaneamente em dois ou mais gêneros.

Santos (2008) relata que a forma física e de registro das informações é bastante diversa, entre elas destacam-se alguns gêneros, tais como: textual (correspondências, relatórios, certificados, livros, cartões), cartográfico (mapas), iconográfico (fotografias, cartazes, quadros), filmográfico, sonoro e o gênero digital, entre outros, essa diversidade se faz presente mais comumente em arquivos pessoais ou arquivos institucionais, de cunho memorialístico.

Marilena Leite Paes (2004) enfatiza que os documentos podem ser classificados, de acordo com o gênero, como: escritos ou textuais (documentos manuscritos, datilografados ou impressos); cartográficos (documentos em formatos e dimensões variáveis, contendo representações geográficas, arquitetônicas ou de engenharia - mapas, plantas, perfis); iconográficos (documentos em suportes sintéticos, em papel emulsionado ou não, contendo imagens estáticas - fotografias, desenhos, gravuras, etc); filmográficos (documentos em películas cinematográficas e fitas magnéticas - fitas, filmes, etc); sonoros (documentos com dimensão e rotação variáveis); microográficos (documentos em suporte filmico resultantes da microimpressão de imagens, mediante utilização de técnicas específicas); e informáticos (documentos produzidos, tratados ou armazenados em no meio digital).

Nesse contexto compreendendo o conceito de gênero documental, bem como os tipos de gêneros que podem compor um acervo documental, passemos e explanar a classificação que os arquivos podem assumir em detrimento à documentação que ele abriga e as informações nela contidas.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS

No contexto da classificação dos arquivos, Paes (2006) insere os arquivos em quatro categorias, a saber: quanto às entidades mantenedoras; quanto à extensão de sua atuação; quanto à natureza dos documentos; enquanto os estágios de sua evolução.

Quanto a entidade mantenedora os arquivos podem ser compreendidos como públicos e privados. Os arquivos públicos equivalem aos que recebem e/ou produzem documentos de natureza pública, assim os fundos documentais são formados e estruturados com documentos provenientes de instituições públicas, sejam elas órgãos federais, estaduais ou municipais. (PAES, 2006). A autora compreende os arquivos públicos como “um conjunto de

documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas, jurídicas ou legislativas” (PAES, 2006).

Já os **arquivos privados**, podem ser caracterizados como aqueles que têm como objetivo salvaguardar documentos relacionados à pessoa física ou instituição privada, para disponibilizar os documentos, em detrimento ao seu caráter probatório, informacional e histórico (BERNARDES, 1998).

Nesse contexto Silva (2011), corrobora compreendendo que os arquivos privados de pessoa jurídica englobam as instituições privadas com ou sem fins lucrativos, enquanto os de pessoa física dizem respeito a uma única pessoa. Ainda no que tange os arquivos privados, estes podem ser: pessoais, familiares e/ou institucionais.

Pelos estágios de sua evolução Paes (2006) relata que os arquivos podem classificar-se em: arquivos de primeira idade ou corrente, que se caracteriza por serem compostos de documentos que estão sendo utilizados administrativamente; os arquivos de segunda idade ou intermediários, que são compostos por documentos que não estão sendo utilizados cotidianamente na instituição, mas podem ser requisitados a qualquer momento, para fins administrativos; e os arquivos de terceira idade ou permanentes, que são compostos por documentos que já cumpriram sua função administrativa e assumem o caráter probatório, histórico e memorialístico, assumindo o seu caráter informativo e de prova, não fazem parte da gestão documental, estes estão recolhidos no arquivo geral.

Bellotto (2006) discorda de Paes (2006), ao afirmar que essas categorias correspondem a características dos arquivos, se tratam do ciclo documental que o documento pode passar no processo de gestão documental.

Do ponto de vista da extensão de atuação Paes (2006), relata que os arquivos podem se configurarem como: setoriais, quando os documentos estão espalhados nos mais diversos setores da organização; bem como os arquivos gerais ou centrais, quando os documentos gerados estão reunidos em um único arquivo, independente do setor de origem, mas compondo um único fundo documental, respeitando o princípio da proveniência.

Quanto a natureza dos documentos os arquivos podem ser classificados em: arquivo especial, os quais comportam sob sua guarda documentos de diferentes tipos de suportes resultantes da experiência humana em algum campo específico do conhecimento, tais como fotos, documentos sonoros (fitas cassete, filmes VHS, discos, CD's), recortes de jornais, mídias digitais (disquetes, CD-ROM), entre outros; e/ou arquivo especializado, tem em sua composição documentos

resultantes da experiência humana em uma área específica, independente da forma física em que seus documentos se apresentem.

Diante da classificação elencada por Paes (2006), no presente artigo tomaremos como foco, o estudo sobre a produção científica em torno dos arquivos especiais e/ou especializados, haja vista, que os arquivos mais convencionais, são os de cunho administrativo, esses remontam as práticas arquivísticas sob o prisma da gestão documental, traduzindo a realidade dos documentos convencionais, tendo possivelmente sua aplicabilidade mais presente no cenário científico. Nesse sentido compreender o panorama dos estudos sobre arquivos especiais ou especializados é uma questão, de tentar entender esse panorama especialmente junto às duas Universidades públicas da cidade de João Pessoa (PB).

Algumas indagações surgem, trazendo à tona a relação do arquivo especial e especializado, neste ponto buscamos esclarecer com exemplos a relação entre esses dois tipos de arquivos.

Os arquivos especializados são os que têm sob sua custódia documentos resultantes da experiência humana em um campo específico, independente da forma física que apresentem, como, por exemplo os arquivos médicos ou hospitalares, arquivos de escolares, arquivos de engenharia, entre outros. Sobre este tipo de arquivo, Paes (2006, p.23) relata que “são também chamados impropriamente de arquivos técnicos”. Eles mantêm o respeito ao assunto do documento sem se importar com o formato ou suporte em que a informação de materializa.

Já os arquivos especiais, estes são compostos por documentos arquivísticos de gêneros diferentes do textual (convencional), agregado ao acervo documentos audiovisual, iconográfico, cartográfico, micrográfico, eletrônico, etc. Esses arquivos são compostos por documentos especiais, que de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, correspondem aos documentos:

[...] em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75).

Assim, conceitualmente, Paes (2005, p. 22) denomina arquivo especial como:

[...] aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides, disquetes, CD-ROM – e que, por essa razão merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc (PAES, 2005, p. 22).

Um exemplo de arquivos especiais são os arquivos pessoais, estes são dotados de documentos que se apresentam em suportes diversos, desde o convencional, às fotografias, filmográficos, sonoros, documentos tridimensionais, etc.

É importante entender que o arquivo pode apresentar-se como: especial e especializados, nesse sentido teremos um olhar sobre esses três pilares. Logo um arquivo de engenharia, que possui em seu acervo, plantas, fotografias, cd-rom, documentos convencionais e mapas, é um arquivo especializado, por tratar de um ramo específico, e especial, por ser composto por diversos gêneros documentais.

4 ANALISANDO OS DADOS: ENCONTRANDO RESULTADOS

A partir da amostragem probabilística, foram apresentados os seguintes dados: na UEPB a amostra apresentou um total de sessenta e oito produções científicas que versam sobre a temática arquivos especiais e/ou especializados, já na UFPB a produção sobre essa temática correspondeu a vinte e quatro trabalhos de conclusão de curso.

Para facilitar a leitura dos dados achamos necessário categorizar os Trabalhos de Conclusão a partir de seus suportes, quando se tratar dos arquivos especiais, e de seus assuntos específicos, quando falarmos dos arquivos especializados. Nessa busca pelos resultados foram revelados dentro do grupo dos arquivos especiais, os arquivos: fonográficos; fotográficos e os pessoais. Dentre os arquivos especializados visualizamos os arquivos: escolares; contábeis; jurídicos/judiciários; cartórios; médico-hospitalares; de engenharia; eclesiásticos e de imprensa.

No quadro 1, mapeamos nove trabalhos produzidos na UFPB que retratam os arquivos especiais, no período de 2013 a 2016 dos quais dois foram elaboradas no ano de 2014, quatro em 2015 e três em 2016. Nesse sentido, percebemos que no ano de 2015, houve um crescimento no interesse sobre pesquisas a respeito destes arquivos.

Quadro 1 - Relação dos trabalhos de conclusão de curso realizados na UFPB, em torno de Arquivos Especiais

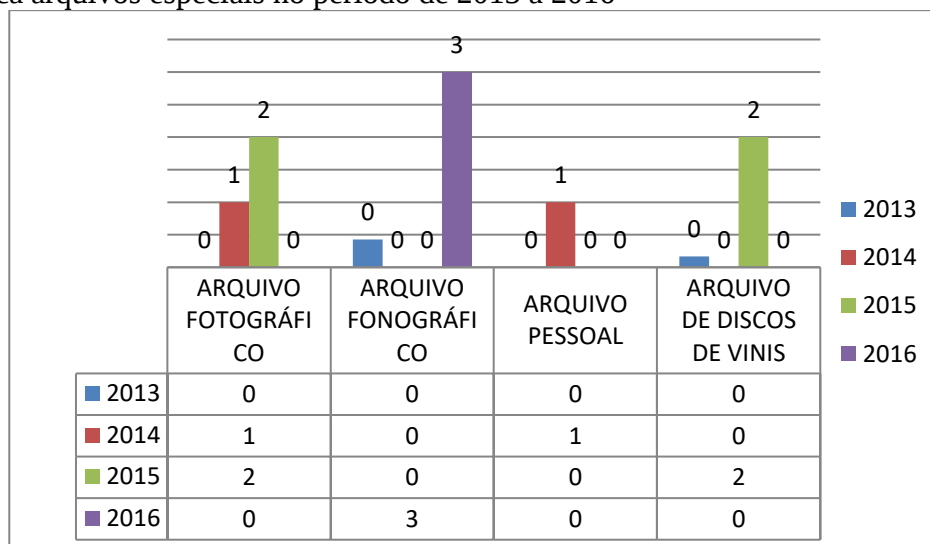
1.	Centro de Documentação Coronel João Pimentel: proposta de organização documental. ANO: 2014
2.	Digitalização de acervos fotográficos e o desafio entre o real e o ideal: uma análise a partir das necessidades do memorial do TRT/PB. ANO: 2014
3.	A fotografia como documento e sua importância na memória humana. ANO: 2015
4.	Arquivologia e relação de gênero: Memória do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra por meio do Arquivo Fotográfico. ANO: 2015

5.	Capas de vinis: artefato de memória e informação do tropicalismo. ANO:2015
6.	Memória revelada em vinis: Diagnóstico do acervo de discos de 33, 45, 78 rotações do acervo da Rádio Tabajara da Paraíba. ANO: 2015
7.	A preservação e conservação de acervos musicais: Estudo no arquivo da Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa - PB. ANO:2016
8.	Conservação em acervos fonográficos: preservar para não restaurar. ANO:2016
9.	A importância do profissional arquivista para a conservação do acervo histórico da Banda de Música da Polícia Militar da Paraíba. ANO:2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Entre os estudos levantados, percebemos que três trabalhos têm como temática, os arquivos fotográficos, que são arquivos especiais, três versam sobre arquivos fonográficos, dois sobre arquivos de discos de vinis e um sobre arquivo pessoal. Abaixo demonstramos os dados graficamente para obtermos um panorama dos tipos de arquivos por ano.

Gráfico 1 - Panorama dos trabalhos produzidos pelos discentes da UFPB que versam sobre a temática arquivos especiais no período de 2013 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Seguindo nosso mapeamento no âmbito da produção da UFPB, quanto aos estudos realizados sobre arquivos especializados, percebemos de acordo com o quadro 2 um total de 14 produções sendo que em 2014 foram realizados quatro trabalhos de conclusões de curso, com temáticas em torno dos arquivos especializados, ao passo que nos anos de 2015 e 2016, ambos, apresentaram cinco pesquisas sobre arquivos especializados.

Quadro 2 - Relação dos trabalhos de conclusão de curso realizados na UFPB, em torno de Arquivos Especializados

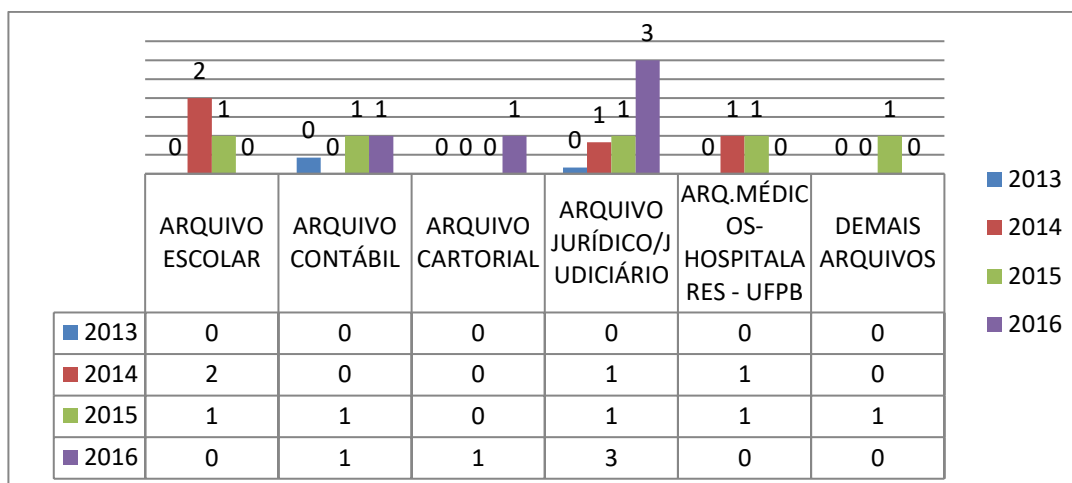
1.	Descortinando a documentação produzida no 1ª Cartório de Registro Civil dos Processos Naturais da cidade de Bayeux - PB ANO:2014
2.	Gestão Documental: um estudo nos arquivos escolares no município de Sapé -

	PB. ANO: 2014
3.	Reestruturação do serviço de arquivo médico e estatística do Centro Municipal de Referência em Saúde Leonard Mozart da Prefeitura Municipal de Cabedelo. ANO: 2014
4.	Uso da informação: Estudos de usuário realizado no arquivo do setor de escolas extintas da Secretaria de Educação da Paraíba. ANO: 2014
5.	A migração de documentos físicos para o ambiente digital no âmbito jurídico. ANO: 2015
6.	Análise de gestão documental em escritório contábil: um estudo comparativo. ANO: 2015
7.	Rompendo o silêncio: A informação no espaço LGBT do Estado da Paraíba. ANO: 2015
8.	Serviço de arquivo médico e estatística do Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena na perspectiva dos seus usuários. ANO: 2015
9.	Proposta de intervenção para o arquivo da Escola Municipal Jaidê Rodrigues de Menezes, no município de Bayeux - PB. ANO: 2015
10.	Gestão de Documentos no arquivo do Cartório do 4º Serviço Notarial de João Pessoa - PB. ANO: 2016
11.	Arquivo criminal e o sistema de classificação vucetich: Representação e identificação por impressão digital. ANO: 2016
12.	Gestão Documental em um escritório de advocacia na cidade de João Pessoa. ANO: 2016
13.	Necessidade da gestão documental no Escritório de Assessoria Jurídica Trindade & Jurema Advogados Associados: uma breve análise. ANO: 2016
14.	Reflexões sobre a disseminação de informações contábeis no ambiente digital. ANO: 2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No contexto dos estudos realizados na UFPB sobre arquivos especializados, entre os anos de 2013 a 2016, constatamos que, das pesquisas realizadas, três foram sobre arquivos escolares, duas sobre arquivo contábil, cinco sobre arquivos jurídicos/judiciários, um sobre arquivo cartorial e três sobre arquivos hospitalares. Diante deste panorama, visualizamos a seguir o **Gráfico 2** que ilustra o quantitativo da produção dos trabalhos produzidos por temática e ano.

Gráfico 2 - Panorama dos trabalhos produzidos pelos discentes da UFPB que versam sobre a temática arquivos especializados no período de 2013 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Continuando nossos desdobramentos acerca dos arquivos especiais e especializados o quadro 3 apresenta, durante os anos de 2013 a 2016, apenas uma produção científica realizada por discente da UFPB.

Quadro 3 - Relação dos trabalhos produzidos pelos discentes da UFPB que versam sobre a temática arquivos especiais e especializados simultaneamente no período de 2013 a 2016

1.	Reflexões sobre a disseminação de informações contábeis no ambiente digital. ANO:2016
----	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Constatamos que diante o período investigado, apenas um trabalho de conclusão de curso foi construído ancorando-se em um acervo com características de arquivo especial e especializado, o mesmo é especial por trabalhar com proposta em ambiente digital e especializado, por ser um arquivo contábil.

Prosseguindo com a nossa pesquisa os quadros 4, 5 e 6 a seguir apresentam dados quantitativos de trabalhos produzidos pelos discentes da Universidade Estadual da Paraíba, nos anos de 2013 a 2016.

No quadro 4 mapeamos vinte e um trabalhos produzidos na UEPB que retratam os arquivos especiais, no período de 2013 a 2016 dos quais um foram elaboradas no ano de 2013, treze em 2014, quatro em 2015 e três em 2016. Nesse sentido, percebemos que no ano de 2014 houve um crescimento no interesse sobre pesquisas a respeito destes arquivos.

Quadro 4 - Relação dos trabalhos de conclusão de curso realizados na UEPB, em torno de Arquivos Especiais

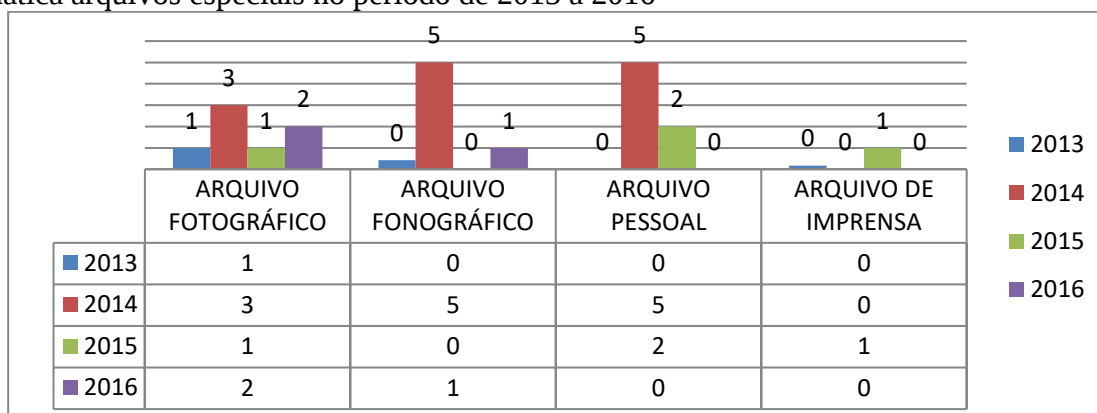
1.	Conservação do acervo fotográfico Ronaldo Cunha Lima: uma análise de 1952 á
----	---

	1990. ANO: 2013
2.	Esquecida ou negligenciada: o arquivo pessoal de Anayde Beiriz. ANO: 2014
3.	Cineclube Mnemosýne: os "encantos" do cinema no contexto da Arquivologia. ANO: 2014
4.	Da idade da pedra ao documento audiovisual: a gestão da informação nos documentos audiovisuais das manifestações culturais e populares da Ensaio Brasil. ANO: 2014
5.	Entre rascunhos, anotações e escrituras: o arquivo privado pessoal de José Simeão Leal. ANO: 2014
6.	Uma proposta de preservação para o acervo fonográfico da Rádio Tabajara da Paraíba. ANO: 2014
7.	O jornal e seu arquivo fotográfico: o lugar de pertencimento da memória social. ANO: 2014
8.	Memória, imagem e arquivística na cidade de João Pessoa - PB: o bairro de Tambaú (documentos imagéticos). ANO: 2014
9.	Confrontação de gêneros documentais: resgate da memória de Anayde Beiriz. ANO: 2014
10.	De tijolo em tijolo: a construção de uma proposta de expografia como ferramenta de difusão da informação do sebo cultural a partir do seu acervo fotográfico. ANO: 2014
11.	Arquivo e memória: reconstituindo a memória familiar através de cartas de amor. ANO: 2014
12.	O desenvolvimento de um catálogo para os fundos privados pessoais do Arquivo Flávio Maroja/IHGP. Ano: 2014
13.	Da partitura à propositura: a construção do catálogo para o Arquivo musical da banda de música 5 de agosto da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Ano: 2014
14.	"Cabe a mim, lei do destino responder ao destino": um grito de alerta a preservação do acervo fonográfico Luiz Gonzaga. ANO: 2014
15.	Memórias vivas: os cordéis de José Costa Leite. ANO: 2015
16.	A Arquivologia como subsidiadora da memória cultural: uma proposta de organização arquivística no acervo de Vó Mera. ANO: 2015
17.	Relatório de estágio desenvolvido no arquivo do Jornal A União. ANO: 2015
18.	Fotografia e identidade cultural: a descrição fotográfica das manifestações culturais do Grupo de Cultura Abolição de Princesa Isabel. ANO: 2015
19.	Proposta de seleção e descrição de fotografias para o Repositório Digital Vila Vicentina Júlia Freire. ANO: 2016
20.	Acervo musical Paulo Barreto: proposta de indexação de arquivo pessoal. ANO: 2016
21.	A representação da informação do Arquivo Fotográfico do Jornal A União: proposta de descrição. ANO: 2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Entre os estudos levantados, percebemos que sete trabalhos têm como temática, os arquivos fotográficos, que são arquivos especiais, cinco versam sobre arquivos fonográficos, oito sobre arquivos pessoais e um sobre os arquivos de imprensa. No **gráfico 3** ilustramos os dados referentes a esse levantamento um panorama da evolução da produção desses trabalhos entre os anos de 2013 e 2016.

Gráfico 3 - Panorama dos trabalhos produzidos pelos discentes da UEPB que versam sobre a temática arquivos especiais no período de 2013 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nesse contexto, mapeamos também os trabalhos produzidos entre os anos de 2013 a 2016 na UEPB, em torno de arquivos especializados, relacionamos no **quadro 5**. Nesse quadro podemos visualizar um total de quarenta e uma publicações em torno do tema supracitado, sendo duas no ano de 2013, vinte e oito em 2014, três em 2015 e oito em 2016. Podemos perceber que em 2014 houve uma grande produção de trabalhos sobre arquivos especializados quando comparado aos anos de 2013, 2015 e 2016.

Quadro 5 - Relação dos trabalhos produzidos pelos discentes da UEPB que versam sobre a temática arquivos especializados no período de 2013 a 2016

1.	"Comunicarquivo": difusão cultural de documentos de arquivo do poder judiciário da Paraíba. ANO: 2013
2.	Diagnóstico do arquivo do Conselho Regional de Odontologia da Paraíba – CRO-PB: relatório da situação atual e recomendações (arquivo privado). ANO: 2013
3.	Segurança nos documentos eletrônicos: uma investigação diplomática nos padrões de segurança dos documentos eletrônicos do Tribunal Regional do Trabalho - PB - 13º região. ANO: 2014
4.	Planejamento estratégico como ferramenta de gestão: o caso da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado da Paraíba. ANO: 2014
5.	Pré-diagnóstico do arquivo do orfanato Dom Ulrico, em João Pessoa – Paraíba. ANO: 2014
6.	A (re) construção da acessibilidade: indexação automatizada em arquivos jurídicos. ANO: 2014
7.	Produção e tramitação do processo judicial digital. ANO: 2014
8.	Relevância da modernização de uma unidade judiciária via processo judicial eletrônico – PJe. ANO: 2014
9.	Juizados Especiais Cíveis: relevante contribuição na desburocratização ao acesso à justiça. ANO: 2014
10.	"Da cegueira da justiça " à visibilidade na utilização de práticas arquivísticas em movimentações cartorárias. ANO: 2014
11.	Gestão da qualidade nos serviços cartoriais da comarca de Gurinhém - PB. ANO 2014

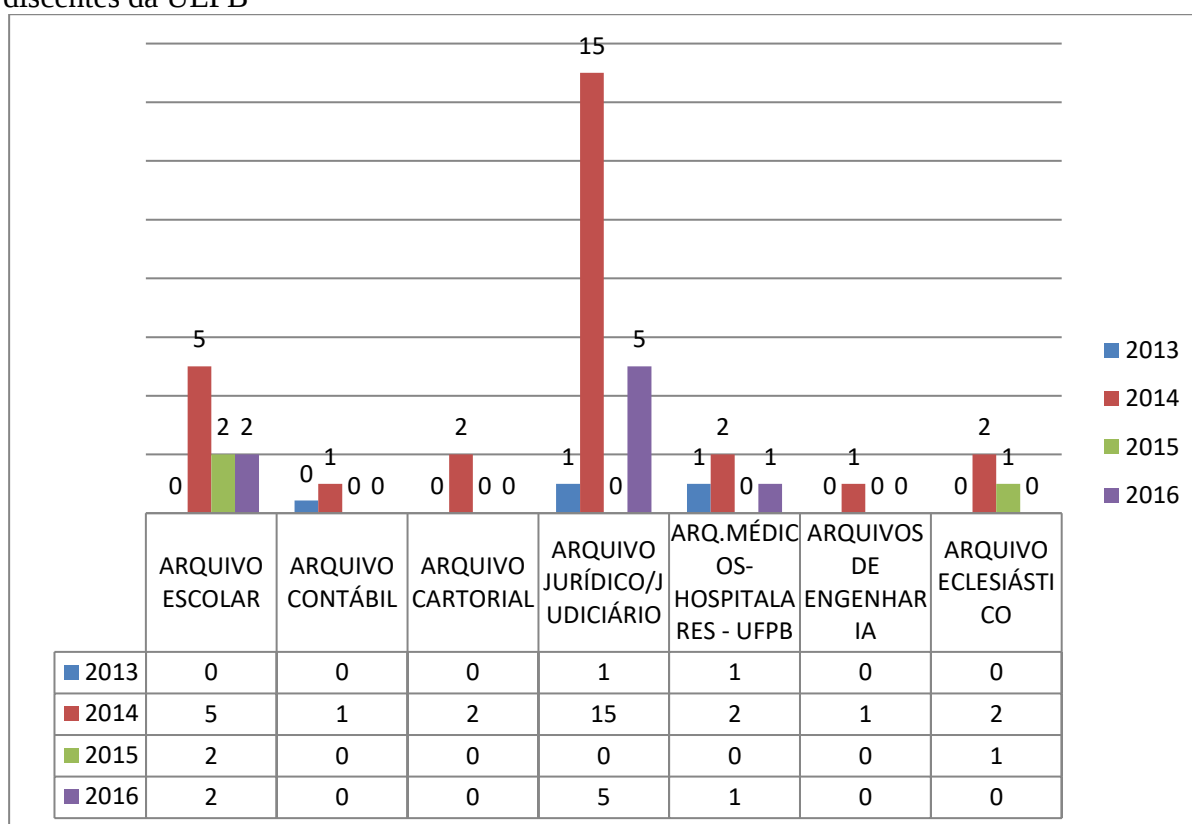
12.	Análise do nível de satisfação dos usuários do Sistema CNJ PROJUDI adotado pelo Juizado Especial Cível da comarca de Nova Cruz-RN. ANO: 2014
13.	Diplomática: análise tipológica dos documentos escolares do Colégio João Paulo II. ANO: 2014
14.	Gestão dos processos contábeis no contexto arquivístico: a experiência do TCE/PB. ANO: 2014
15.	Gestão documental em empresa privada: estudo de caso em arquivo corrente e jurídico. ANO: 2014
16.	"Disk 192": um olhar sobre a importância da gestão documental no arquivo do SAMU/PB. ANO: 2014
17.	Racionalização dos documentos no âmbito escolar: diagnóstico do acervo documental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Nabuco. ANO: 2014
18.	Política de gestão documental: um estudo no arquivo do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (CREA-PB). ANO: 2014
19.	A deterioração dos documentos nos acervos judiciais: estudo de caso sobre a conservação dos processos no Arquivo Geral do TJPB. ANO: 2014
20.	Planejamento estratégico: uma análise da importância de sua implantação em uma unidade judiciária. ANO: 2014
21.	Arquivo privado e jurídico: organização e funcionamento no escritório Mendonça Salomão e Toscano Advocacia. ANO: 2014
22.	Arbitragem no poder judiciário do Estado da Paraíba: uma alternativa à morosidade da justiça. ANO: 2014
23.	Das lacunas às respostas: necessidades informacionais dos usuários do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. ANO: 2014
24.	Análise da gestão documental de arquivo médico: um estudo sobre o arquivo da clínica Nova Diagnóstico por Imagem. ANO: 2014
25.	Judicialização da saúde: entendimento do Tribunal de Justiça da Paraíba. ANO: 2014
26.	Diagnóstico de arquivo: uma abordagem sobre a preservação documental na escola estadual professor José Batista de Mello. ANO: 2014
27.	A preservação e a conservação documental: o caso do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto. ANO: 2014
28.	Arquivos escolares: um estudo comparativo entre escolas públicas e privadas de João Pessoa. ANO: 2014
29.	Processo judicial eletrônico no Tribunal de Justiça da Paraíba [manuscrito] : uma abordagem arquivística no gerenciamento eletrônico de Documentos. ANO: 2014
30.	Os processos da gestão documental: o arquivo da igreja batista nos bancários (IEBB) – JP. ANO: 2014
31.	Tipologia documental: uma análise dos arquivos eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora das Dores - João Pessoa/PB. ANO: 2015
32.	Necessidade da atuação do arquivista na escola da rede estadual da cidade de João Pessoa: um estudo de caso da gestão de acervos documentais. ANO: 2015
33.	Segurança dos acervos arquivísticos: uma análise do arquivo escolar da Instituição pública da Paraíba. ANO: 2015
34.	Procedimentos de conservação de arquivos escolares: o caso da Escola Estadual José Lins do Rego. ANO: 2016
35.	A transdisciplinaridade do fazer arquivístico na gestão de arquivos jurídicos: uma experiência em campo profissional. ANO: 2016
36.	Arquivologia e Direito: os processos judiciais sob a ótica da gestão documental. ANO: 2016
37.	Diagnóstico arquivístico: o caso na Escola Estadual Carlos Chagas. ANO: 2016

38.	Tramitando e transferindo: uma análise sobre a tramitação e a transferência de documentos entre o Fórum Cível e seu arquivo judicial. ANO: 2016
39.	Sistema de gerenciamento de arquivo para o controle do trâmite de processos jurídicos. ANO: 2016
40.	Acervo do Hospital Santa Izabel: levantamento documental e construção de um guia. ANO: 2016
41.	Avaliação do uso das tecnologias da informação e comunicação no arquivo de um escritório de advocacia. ANO:2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nesse âmbito dos estudos realizados na UEPB sobre arquivos especializados, entre os anos de 2013 a 2016, constatamos que, das pesquisas realizadas, nove foram sobre arquivos escolares, uma sobre arquivo contábil, vinte e duas sobre arquivos jurídicos/ judiciários, um sobre arquivo cartorial e quatro sobre arquivos médico-hospitalares, uma sobre arquivos de engenharia e três sobre arquivos eclesiásticos, conforme explanamos no **Gráfico 4**.

Gráfico 4 - Panorama das amostras coletadas na universidade estadual da paraíba no período de 2013 a 2016 que versam sobre os tipos de arquivos especializados produzidos pelos discentes da UEPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Por fim o **Quadro 6**, que apresenta o levantamento dos trabalhos que associam em sua temática arquivos com características de especiais e especializados concomitantemente. São

produções que transitam entre os dois tipos de arquivos, pois apresentam além de um assunto específico, um suporte especial. Nesse cenário observamos que durante os anos de 2013 a 2016, na UEPB, foram produzidos quatro trabalhos de conclusão de curso que permeiam sobre o tema em discussão, sendo um produzido no ano de 2013 e um no ano de 2014, conforme vemos a seguir.

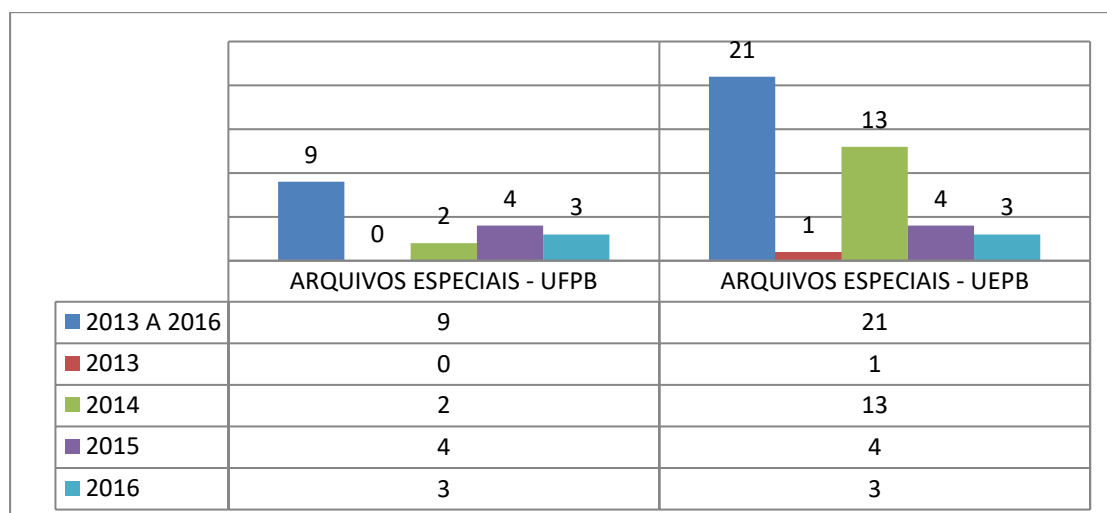
Quadro 6 - Relação dos trabalhos produzidos pelos discentes da UEPB que versam sobre a temática arquivos especiais e especializado simultaneamente no período de 2013 a 2016

1.	Ordenação Multidimensional: aplicação do modelo sistêmico de ordenação documental em prontuários de uma Unidade Básica de Saúde em João Pessoa PB. ANO: 2013
2.	Análise do processo de padronização da representação gráfica desenvolvida na gerência de arquitetura do Tribunal de Justiça da Paraíba. ANO: 2014
3.	Descrição arquivística para os objetos tridimensionais: estudo de caso no arquivo do fórum criminal da capital paraibana. ANO: 2014
4.	Ippon no esquecimento: a narrativa mnemônica na expografia do acervo fotográfico da associação de judô e luta olímpica Faustino (AJLOF). ANO: 2014

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Nesse contexto realizando um paralelo entre as produções das duas universidades, consolidamos o mapeamento no **Gráfico 5**, analisando a relação da produção em torno dos acervos especiais, categorizados por ano e por Universidade.

Gráfico 5 - Panorama das produções em torno dos arquivos especiais, realizados na UFPB e UEPB no período de 2013 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

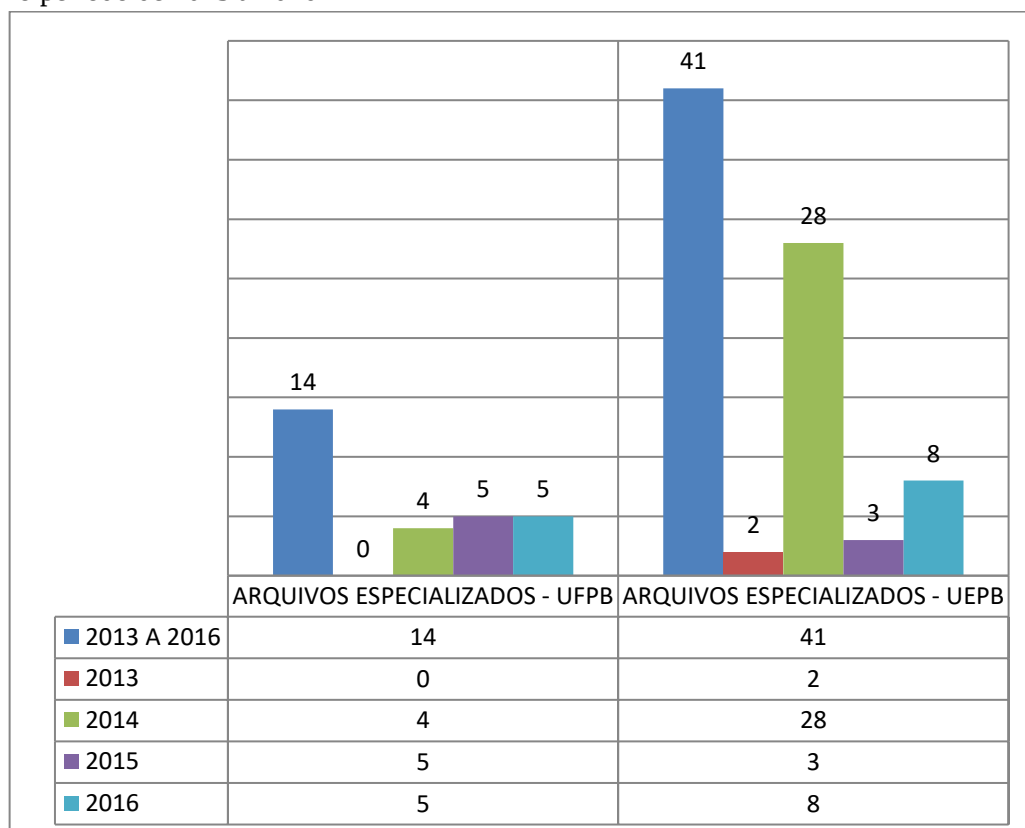
Percebemos no comparativo geral das duas universidades que o desempenho da UEPB no que concerne a produção de trabalhos científicos sobre os arquivos especiais foi maior que

na UFPB. Um dos fatores que pode ter acarretado esses dados deve-se ao fato que a quantidade de vagas ofertadas pela Universidade Estadual é maior, pois a mesma oferece o curso diurno e noturno, enquanto a UFPB só oferece o noturno.

Ainda na leitura dos dados, no ano de 2013 não foram apresentados trabalhos relacionados ao tema arquivos especiais pela Universidade Federal da Paraíba e pela UEPB foi apresentado apenas um, em 2014 a UFPB apresentou um trabalho e a UEPB treze. Por outro lado, nos anos de 2015 e 2016 as Universidades tiveram o mesmo desempenho na produção de trabalhos científicos sobre a referida temática, isso mostra que apesar da UFPB ofertar menos vagas aos discentes do curso de Arquivologia o interesse pelos arquivos especiais está crescendo gradativamente.

Seguindo a discussão em torno dos trabalhos de conclusão passaremos a apresentar o **Gráfico 6** que no âmbito dos arquivos especializados faz um panorama entre os anos de 2013 a 2016 relacionando as duas universidades.

GRÁFICO 6 - Panorama das produções em torno dos arquivos especializados, realizados na UFPB e UEPB no período de 2013 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quanto ao **Gráfico 6**, percebemos que a produção científica em torno dos arquivos especializados na UFPB durante os anos de 2013 a 2016 foi de 14 trabalhos, enquanto que na

UEPB houveram 41, percebe-se mais uma vez que a UFPB tem um índice menor de trabalhos produzidos nesta temática comparados a UEPB, sendo notório um interesse maior dos alunos matriculados no curso de Arquivologia da UEPB, sobre esse tipo de acervo.

Partindo para a leitura dos dados no ano de 2013 não foram apresentados trabalhos relacionados ao tema arquivos especializados pela Universidade Federal e pela UEPB foram apresentados dois, em 2014 a UFPB produziu quatro trabalhos e a UEPB 28. No ano de 2015 tivemos cinco trabalhos produzidos pela UFPB e três pela UEPB, já em 2016 tivemos cinco da UFPB e oito da UEPB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe um panorama dos estudos realizados nas duas universidades públicas da cidade de João Pessoa (PB), em torno das temáticas arquivos especiais e especializados. Ao mapearmos as produções analisando os trabalhos de conclusão de curso, percebemos que existe uma discrepância entre as duas universidades, no que concerne a preocupação em desbravar acervos, de diferentes gêneros documentais, que são os arquivos especiais, bem como os arquivos que trabalham informações especializadas, contemplando uma área do saber, como é o caso dos arquivos especializados.

Explanamos através de quadros e gráficos as produções dos graduandos do curso de Arquivologia das duas Universidades durante os anos de 2013 a 2016. Essas produções traziam na sua temática assuntos relacionados aos arquivos especiais e/ou especializados. Nesse contexto de análise de dados percebemos que no ano de 2013 as produções científicas que discursaram sobre os arquivos especiais e/ou especializados foram relativamente baixa. A partir do ano de 2014 o panorama já muda consideravelmente, mostrando que os alunos começaram a se interessar por essa nova temática.

Respondendo ao questionamento inicial que foi o ponto de partida desse estudo, atentamos que os concluintes dos cursos de graduação de Arquivologia estão, cada vez mais, buscando enriquecer seus conhecimentos no campo dos novos suportes sejam eles os fonográficos, fotográficos, objetos tridimensionais, discos de vinis, entre outros, como também produziram trabalhos que giraram em torno dos arquivos especializados, citando aqui os arquivos eclesiásticos, escolares e jurídicos.

Sousa (2010) afirma que a arquivologia experimenta um bom momento na sociedade brasileira no que diz respeito às bases que sustentam o ensino e a pesquisa, cabendo às universidades um papel importante na melhoria do ensino e da pesquisa na área. Nesse

sentido, evidenciamos a quebra de um olhar específico aos arquivos administrativos, trazendo à tona um leque que se desdobra para prática arquivística.

O nosso resultado, gera outros questionamentos, capazes de alavancarem novas pesquisas, a fim de comprovar o porquê de números tão diferentes entre as duas universidades.

Almejamos que a pesquisa venha proporcionar contribuições para a formação acadêmica dos graduandos do curso de Arquivologia, aprimorar e especializar os futuros profissionais para que eles possam estar preparados a lidar com os diversos tipos de arquivo, inclusive para proporcionar um momento de reflexão também dos docentes das universidades, especialmente da UFPB.

SPECIAL AND SPECIALIZED ARCHIVES: SCIENTIFIC PANORAMA OF STUDIES CONDUCTED IN THE PUBLIC UNIVERSITIES TCCS IN THE CITY OF JOÃO PESSOA (PB)

ABSTRACT

This research aimed to investigate how the monographs elaborated by the UFPB and UEPB that have been used in its discussion, dialogues on the special and/or specialized archives, the time period used for the period from 2013 to 2016. Bibliographical research and documentary analysis for the foundation of the concepts related to the theme. Data were analyzed in a descriptive and quantitative manner. The results are archival for graduates and are focused on archives on textual supports, such as administrative archives. Conclusion in the absence of an innovative curricular series in external environments (change of files, labor market, diversity of documentary supports), students also remain focused on the instruments, limiting their research and their professional evaluations. A change policy is needed that seeks to transgress classrooms from classroom to classroom within the archival environments of files that have the informational sources in the film, photographic, and sound records, among others. Universities must incorporate information centers as a foundation and source of knowledge for new graduates, for the purposes of scientific production, and to create, at the institutional level, insertion, preservation and access policies for the archives themselves, special and/or specialized.

Keywords: Special Files. Specialized Archives. Typologies. Documentary.

REFERÊNCIAS

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

<<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/ISBN9788579834868.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CÓRDULA, Ana Claudia Cruz. **Políbio Alves, entre contos e encantos**: o fascínio do vivido na perspectiva da escrita de si. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DELMAS, Bruno; ARDAILLON, Danielle (Trad.). **Arquivos para quê?**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. In: **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, I Série vol. V-VI, pp. 141-151, 2006-2007. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Maria Teresa Navarro Britto. A evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 19-28, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8000/6573>>. Acesso em: 15 maio 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero**, v. 11, n. 2, p. A03-0, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8400>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

RODRIGUES, George Melo. **Arquivologia**: Coleção Técnico e Analista Tribunais. Salvador: JusPODIVM, 2011.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/...digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Arquivos Pessoais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 62-80, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007806/a503be4e4c9bdfeeb9cecc2c457f994f>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: princípios e práticas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio Documental e Políticas Públicas**: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos . 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/CATARINA%20HERALDA%20RIBEIRO%20DA%20SILVEIRA.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro da. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas a&b**, Porto, n. 4, 2015, p. 22-39. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/996/905>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. 3. ed. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (Orgs.). **Arquivística**: temas contemporâneos, classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Distrito Federal: Editora SENAC, 2009.